



ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: QUESTÕES E DESAFIOS NO CENÁRIO DA PESQUISA

*José Mauro Matheus Loureiro, Maria Lúcia Niemeyer Matheus Loureiro,
Sabrina Damasceno Silva, Daniel Maurício Vianna Souza*

Resumo: O texto apresenta uma síntese sobre Fenomenologia, refletindo sobre sua relação possível com a Ciência da Informação. Enfoca aspectos relacionados à metodologia da pesquisa, à interdisciplinaridade e à busca de novos objetos e campos de aplicação pela Ciência da Informação. A partir da análise fenomenológica de Martin Heidegger sobre a obra de arte, reflete sobre questões relacionadas às pesquisas no campo da Informação em Arte.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Fenomenologia; Metodologia da Pesquisa; Informação em Arte.

Abstract: The text presents a synthesis of phenomenology, reflecting on its possible relationship with Information Science. It focuses on aspects related to the research methodology, interdisciplinarity and the search for new objects and fields of application for Information Science. From the phenomenological analysis of Martin Heidegger on the artwork, it raises questions related to the field of Information in Art.

Keywords: Information Science; Phenomenology; Research methodology; Information in art.

1. INTRODUÇÃO

As características que singularizam a Ciência da Informação e o vasto território teórico-conceitual que envolve sua inter-relação possível com a Fenomenologia estimulam reflexões e desafios no cenário da pesquisa. O presente texto aborda a Fenomenologia por meio de uma síntese que privilegia as perspectivas essenciais desse universo complexo e heterogêneo, discute seus reflexos no âmbito de Metodologia da Pesquisa e propõe questões relacionadas à pesquisa na área de Ciência da Informação, enfatizando novos objetos e campos de aplicação e reflexão, como a Informação em Arte.



2. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE FENOMENOLOGIA

Etimologicamente o termo fenomenologia significa estudo ou ciência do fenômeno. Contudo, a categoria fenômeno, entendida “como tudo o que aparece” (DARTIGUES, 1973, p.11), confere grande abrangência ao termo levando a considerar como fenomenólogo todo estudioso dedicado ao estudo de algum fenômeno. Ricoeur (1987, p.87) adverte, entretanto, que “se nos atemos à etimologia, qualquer um que trate da maneira de aparecer do que quer que seja, qualquer um, por conseguinte, que descreva aparências ou aparições, faz fenomenologia”. Sem desconhecer, portanto, os empreendimentos anteriores que empregaram tal termo²¹, a Fenomenologia que influenciará de maneira indelével o pensamento do século XX se dá a partir das noções e conceitos propostos por Husserl que se diferenciou dos pensadores precedentes ao afirmar que os sentidos do ser e do fenômeno são indissociáveis.

A gênese da fenomenologia ocorre em um ambiente filosófico caracterizado, principalmente na Alemanha, pela perda da tradição idealista, pelo questionamento dos sistemas filosóficos tradicionais e a preponderância da perspectiva neo-kantiana. A esses elementos soma-se, ainda, a falência dos modelos metafísicos e o questionamento do panorama positivista. Esse ambiente de crise é constatado por Husserl (1996, p.13) ao denunciar o estado de decadência em que se encontrava a filosofia ocidental desde meados do século XIX, além da “falta de unidade na determinação de objetivos, colocação dos problemas e no método”.

Foi nesse contexto que Husserl procurou primordialmente estruturar uma filosofia que reunisse em si o universo metafísico e o rigor da ciência. O elemento central dessa perspectiva filosófica, descartando as reflexões metafísicas, volta-se para a análise do fenômeno tomado no sentido do vocábulo grego *phainesthai* – do qual deriva o particípio *phainomenon*, aparecer, aquilo que se apresenta ou que se mostra. A tentativa de Husserl, que se opunha ao psicologismo e ao subjetivismo, foi desenvolver a fenomenologia como filosofia primeira apta a prover uma sólida base para todas as demais ciências.

O grande objetivo da obra husserliana foi configurar a filosofia como ciência do rigor e prover sólidos fundamentos à ciência refletindo acerca dos elementos da experiência em sua totalidade, considerando sua natureza e as diferenciações que apresenta. O que o levou a empreender tal indagação foi a percepção de que “o fenômeno está penetrado no pensamento, isto é, de logos; este por sua vez revela-se, mas somente no fenômeno. É apenas a partir daí que se torna factível a ‘fenomenologia’ ”. (DARTIGUES, 1973, p. 20)

A fenomenologia volta-se, assim, para o estudo e as reflexões dos fenômenos absolutos ou puros, por meio de procedimentos descritivos ou analíticos, descartando a atividade dedutiva. Fenômeno é compreendido como algo apreendido pelos sentidos e portador de uma essência. Por não se tratar

21 Como exemplos, podemos citar Lambert, Kant e Hegel cuja ‘Fenomenologia do Espírito’ torna a palavra de uso freqüente na Filosofia.



de uma construção, mas de alguma coisa sempre acessível aos sujeitos, Husserl conclui que o logos (pensamento racional) também o é, o que o leva a propor “uma filosofia nova que realizaria enfim o sonho de toda filosofia: tornar-se uma ciência rigorosa”. (DARTIGUES, 1973, p. 20)

A Fenomenologia não se apresenta como uma doutrina unificada, mas como um universo de reflexão que pode ser sintetizado por três diferentes tradições, as quais se ancoram em suas perspectivas originárias: a “fenomenologia transcendental” ou “descritiva”, desenvolvida por Husserl; a “interpretativa” ou “hermenêutica”, iniciada por Heidegger e uma fenomenologia “integrativa” - desenvolvida a partir da década de 90 do século XX – que pretende inter-relacionar as duas primeiras.²²

Do ‘horizonte’ husserliano, entendido como ‘mundo da vida’, à linguagem na filosofia de Martin Heidegger, e daí à tradição ou à ‘história-eficaz’ na obra de Hans Georg Gadamer, há muitas rupturas, tensões, muitos atalhos sinuosos, além da pura continuidade intelectual. De todo modo, preserva-se a idéia básica: pré-compreensões atuam inevitavelmente nos bastidores inconscientes em que se engendram as proposições, mesmo as científicas (...). (SOARES, 1994, p.12)

Quanto às abordagens hermenêuticas, é imprescindível diferenciá-las ainda que de modo conciso. Inicialmente desenvolvida por Heidegger, a “hermenêutica-ontológica” teve sua continuidade no “acontecer lingüístico na tradição” proposto por Gadamer. Em um diálogo com ambos os autores, Ricoeur privilegia, mais tarde, uma “fenomenologia orientada lingüisticamente”. As críticas e debates contemporâneos trazidos por autores pós-modernos sobre os diversos rumos hermenêuticos, destacam-se por focar diferentes atividades em estruturas específicas de interpretação objetivando fomentar a interação comunicativa.

Todas essas fenomenologias, entretanto, possuem como traços basilares as obras iniciais de Husserl. Ainda que submetida a diferentes interpretações, é possível sublinhar a preeminência de alguns aspectos essenciais que integram suas abordagens analíticas até a atualidade. Prevalece, em linhas gerais, a oposição primordial ao Positivismo, a exclusão das abordagens metafísicas, as reflexões acerca dos fenômenos puros, o acionamento da experiência intuitiva como elemento apto para a apreensão do mundo exterior e o primado da análise descritiva dos fenômenos que se apresentam no âmbito da consciência transcendental. A análise fenomenológica, por princípio acrítica e, portanto, isenta de juízos oriundos de valores subjetivos, não se volta para fatos, mas para essências (*eidós*) e a percepção da essência dos atos (*epoché*).

Resgatar o *pathos* próprio da filosofia é a grande motivação da fenomenologia. Chamamos aqui de fenomenologia não só a filosofia de Edmund Husserl e Heidegger, mas a de todos aqueles que pensaram sob a inspiração do fenômeno. A fenomenologia tem o sentido amplo de uma busca não só de fundamento, mas, essencialmente, de ‘correspondência’. Por isso, o *lógos* do fenômeno é, no fundo, uma ‘homologia do fenômeno’. Se, na tradição, costumou-se traduzir o nome filosofia por amor à sabedoria, a fenomenologia é, propriamente, o amor à correspondência. Sua questão é mais saber-corresponder (homologia) do que saber. (SCHUBACH, 1996, p.32)

22 Com essa síntese, buscamos traçar um panorama radicalmente sucinto do universo da Fenomenologia. Cabe ressaltar a coexistência de outras correntes de pensamento fenomenológico nos âmbitos da Filosofia, Ciências Humanas e Sociais.



À pergunta “o que é fenomenologia?” corresponde uma heterogênea gama de respostas que contemplam distintas linhagens e mediações. É necessário, assim, estar atento à sua assimetria constitutiva e à multiplicidade de seus pressupostos. Abordar a Fenomenologia, como sublinha Giddens (1996, p. 37), não constitui a descrição de um pensamento simples e unificado.

3. A ESTREITA RELAÇÃO FENOMENOLOGIA-METODOLOGIA

Ao fazer referências aos princípios fenomenológicos adotados no âmbito da Metodologia da Pesquisa nas várias áreas do conhecimento, emergem dificuldades advindas de sua heterogeneidade. Desse modo, adotamos uma visada a partir da qual são focalizadas as metodologias oriundas da fenomenologia em seus princípios gerais, que vêm permeando de maneira transversal e singular as várias esferas dos saberes em concorrência com diferentes domínios epistemológicos.

Ao fazermos referências às premissas da fenomenologia, encontramos concomitantemente aludindo à sua metodologia e vice-versa – ambas são, portanto, consubstanciais. Essa afirmativa é confirmada pelo próprio Husserl que, em um verbete publicado em 1929 na Enciclopédia Britânica, define a Fenomenologia como um método.²³ Merleau-Ponty (1999, p. 7) afirma igualmente que a fenomenologia compreende “o ensaio de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela se processa e sem qualquer preocupação com sua gênese psicológica ou com suas explicações causais que o sábio, o historiador ou o sociólogo lhe podem fornecer”.

A metodologia da pesquisa ocupa-se sistematicamente com os princípios lógicos que balizam a pesquisa científica e filosófica. Quando implicada nas análises e descrições fenomenológicas caracterizam-se, principalmente, pela renúncia às abordagens hipotético-dedutivas ancoradas no solo positivista e a elaboração e experimentação de hipóteses. Contrariamente aos horizontes metodológicos cartesianos e positivistas cujos instrumentos propiciam o enquadramento dos fenômenos em perspectivas quantitativas vinculadas a leis e princípios, a metodologia fenomenológica encaminha o pesquisador para a descrição interpretativa do fenômeno. Volta-se, assim, à construção de uma dinâmica racional centrada na experiência humana contada na primeira pessoa (CAVEDON, 2001). Considerando o existencial, que não pode ser decomposto em uma realidade natural, as análises fenomenológicas não buscam verdades definitivas, mas a possibilidade de interpretações diferenciadas dos fenômenos, razão pela qual não parte de métodos previamente definidos.

Como metodologia da pesquisa, a abordagem fenomenológica passa a ser, conseqüentemente, a análise/estudo dos fatos vividos da consciência na sua pura generalidade essencial e não como fatos realmente experimentados e apreendidos empiricamente por seres conscientes. Os estudos e análises fenomenológicos partem de um *cogito* transcendental na busca de uma perspectiva em que um indivíduo (sujeito) extramundano se dirija ao mundo. O caminho que conduz ao universo

²³ O verbete, intitulado “Phenomenology”, foi produzido originalmente para a Encyclopaedia Britannica. 14th Ed. Vol. 17 (1929): 699-702.



específico da fenomenologia é o processo de *redução*. Destacam-se aqui a *redução eidética* e a *redução fenomenológica*. Na primeira, procuram-se essências ou significados através da busca do “significado ideal e não empírico dos elementos empíricos” (Husserl, 1985, p. xii). A *redução fenomenológica*, por sua vez, opera uma redução transcendental que se dirige à essência da própria consciência “enquanto constituidora ou produtora das essências ideais” (FRAGATA, 1959, p. 135). Não se trata, entretanto, de negar a existência do mundo, mas de colocá-lo entre parênteses, em uma perspectiva de relativização do conhecimento. A constituição de um objeto de pensamento é a essência (ou *eidós*).

Baseado em Brentano, Husserl propõe a consciência como *intencionalidade* - conceito proveniente da Escolástica e essencial para a Fenomenologia, e que significa “*dirigir-se para, visar alguma coisa*” (HUSSERL, 1985, p. ix). A consciência tomada como intencionalidade distingue-se sempre como *consciência de*. É a intencionalidade, propõe Husserl, que caracteriza em sentido pleno a consciência, ensejando, ainda, entender o curso da vivência como curso consciente e unidade de consciência. A *intencionalidade* se encontra qualificada como *imanência pura*, possuindo como ponto de partida o *eu puro* cujos elementos não possuem configuração psicológica. Para Husserl (1996, p. 48), “a palavra *intencionalidade* significa apenas esta particularidade intrínseca e geral que a consciência tem de ser consciência *de* qualquer coisa, de trazer, na sua qualidade de *cogito*, o seu *cogitatum* próprio”.

Para os fenomenólogos, a metodologia da pesquisa parte do pressuposto de que o mundo que pretendem abordar é intersubjetivamente construído por significados. Para sua compreensão, prioriza-se a experiência do indivíduo no mundo aplicando-se métodos nos quais predominam análises conceituais, análises lingüísticas, abordagens hermenêuticas e lógica formal. Há que se abandonar qualquer hipótese prévia acerca do mundo adotando uma perspectiva reflexiva. A metodologia da pesquisa de base fenomenológica volta-se para o questionamento da experiência do fenômeno na consciência procurando entender como os agentes constroem os significados. Considera-se que a experiência de mundo dos Sujeitos ocorre com e por meio do Outro, modo pelo qual convencionamos nossa visão do mundo; todo e qualquer significado por nós criado encontra-se vinculado às ações humanas. A fenomenologia busca apreender a essência da natureza humana e os significados conferidos pelos Sujeitos às suas experiências. Para tanto, o pesquisador deve colocar o mundo externo entre *parênteses* detendo-se unicamente na percepção do mundo a ser analisado.

4. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE

A afirmação do estatuto científico da Ciência da Informação e sua posição nos quadros da ciência moderna vêm sendo objeto de estudo da disciplina desde sua institucionalização²⁴. Estudos e reflexões sobre a área são marcados pelo empenho em confrontá-la com as ciências clássicas, assinalando

24 Exemplos dos esforços voltados para a afirmação da cientificidade da Ciência de Informação podem ser percebidos nas tentativas de sua incorporação ao universo das Ciências Humanas ou Sociais. (PINHEIRO, 1999)



suas características singulares e marcas distintivas. Wersig (1993), por exemplo, qualifica a Ciência da Informação como “ciência pós-moderna” para enfatizar as mudanças no papel do conhecimento no mundo contemporâneo e a inexistência de método único. Assim como a Ecologia, a disciplina integraria um grupo de ciências de um novo tipo, que lidam com os problemas trazidos pelas ciências clássicas, e desempenharia um papel estratégico na articulação de interconceitos, o que contribuiria para minimizar o problema da fragmentação do conhecimento, ou seja, de sua pulverização em disciplinas autônomas.

A construção da Ciência da Informação encontra-se associada às transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, nas quais conhecimento, Comunicação, Sistemas de Significado e uso de linguagens tornaram-se objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 3). A informação, considerada fenômeno mais amplo tratado pela Ciência da Informação, vincula-se a diversas camadas ou estratos de realização.

Formam parte desses estratos a linguagem, com seus diversos níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos e suas plurais formas de expressão – sonoras, imagéticas, textuais, digitais/analógicas -; os sistemas sociais de inscrição de significados – a imprensa e o papel, os meios audiovisuais, o software e o hardware, as infra-estruturas das redes de comunicação remota; os sujeitos e organizações que geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 5)

Esse contexto é permeado ainda por crises nas estruturações epistemológicas da Ciência Moderna, levando a área a assumir parte dos discursos construídos a partir dos resultados formalizados da produção de conhecimentos. Desse modo, a Ciência da Informação constitui-se como uma nova demanda de cientificidade e sintoma de mudanças que afetaram a produção de conhecimento no Ocidente. A fim de fazer frente aos desafios trazidos por esse contexto a área desenvolve-se tendo como um dos vetores canônicos de sua natureza o conceito de interdisciplinaridade.

Esse aspecto tem sido afirmado como elemento distintivo da Ciência da Informação, provendo-a de um perfil peculiar diante das rígidas fronteiras disciplinares e atendendo, concomitantemente, aos novos pressupostos científicos contemporâneos. Para Tefko Saracevic (1992, p.1), três características permitiriam estudar a Ciência da Informação no passado, presente e futuro: 1) sua natureza interdisciplinar, as mudanças nas suas relações com outras disciplinas e perspectivas de longa duração da evolução à interdisciplinaridade; 2) conexão à tecnologia da informação; e 3) participação ativa na sociedade da informação. Outro aspecto importante destacado pelo autor é de que a base da disciplina relaciona-se aos processos de comunicação humana, sendo então um

campo devotado à investigação científica e prática profissional que trata dos problemas de efetiva comunicação dos conhecimentos e de registros do conhecimento entre seres humanos, no contexto de usos e necessidades sociais institucionais e/ou individuais de informação. No tratamento desses problemas tem interesse particular em usufruir, o mais possível, da moderna tecnologia da informação. (SARACEVIC, 1992, p. 1)

Como característica essencial da área, a interdisciplinaridade facultou ainda a incorporação e



ampliação progressiva de diferentes objetos de estudo, teorias e metodologias advindas de diferentes campos científicos. Para que se possa melhor estudar esses objetos, recorre-se à interdisciplinaridade para a construção de uma estrutura teórica - conceitos, enunciados e teorias - buscando proporcionar uma justificação desse corpus teórico (RENDÓN ROJAS, 2005) e, conseqüentemente, sua validação como conhecimento científico. As heterogêneas abordagens que caracterizam o horizonte interdisciplinar acrescido dos diferentes sentidos e empregos no território da Ciência da Informação facultam reflexões baseadas na Fenomenologia acerca das diversas metodologias estruturantes de seus planos teóricos e analíticos.

González de Gómez (2001, p. 5, 13) ressalta o permanente questionamento da área, o que se deveria ao “caráter estratificado” da informação, resultante de uma “orientação interdisciplinar ou transdisciplinar do campo, na medida em que este se vê obrigado a trabalhar na articulação das dimensões plurais do objeto informacional: semânticas, sintáticas, institucionais, infra-estruturais, entre outras”. Observa, ainda, a tendência atual para reconhecer o “pluralismo metodológico próprio das ciências sociais e de um campo interdisciplinar”.

A reflexão epistemológica sobre a Ciência da Informação se faz instrumental em sua interdisciplinaridade para seu entendimento disciplinar, tanto interna como externamente. Observa-se nas Ciências Sociais e Humanas uma discussão constante sobre os marcos filosóficos que reflitam adequadamente a natureza complexa do fenômeno humano e social, além da existência de uma comunidade científica marcada pela diversidade de escolas e correntes sem que estas rompam com sua unidade.

5. NOVOS OBJETOS, NOVOS DESAFIOS: A INFORMAÇÃO EM ARTE

Tendo a informação como elemento estruturante e objeto de estudo, a Ciência da Informação concentra-se em práticas, processos e fluxos informacionais complexos, marcados por forte componente interdisciplinar e pelas especificidades de uma gama diversificada de instituições sócio-culturais. A partir do conceito de ‘programa de pesquisa’ proposto por Imre Lakatos²⁵, Gonzalez de Gómez enfatiza ainda o “caráter poli-epistemológico” da disciplina:

Se existe grande diversidade na definição das **heurísticas afirmativas**, as que definem as estratégias metodológicas de construção do objeto e que permitem a estabilização acumulativa do domínio, maior é a dificuldade para estabelecer as **heurísticas negativas**, as que definem o que não poderia ser considerado objeto do conhecimento da Ciência da Informação, condição diferencial que facilita e propicia as relações de reconhecimento e complementaridade com outras disciplinas. E isto acontece na Ciência da Informação por um lado, pela referência intrínseca de seu objeto a todos os outros modos de produção

25 Um programa de pesquisa é constituído por um núcleo firme e uma heurística. O núcleo é um conjunto de proposições convencionalmente aceitas, e, por decisão metodológica, irrefutáveis e não testáveis. A heurística é um corpo de regras metodológicas integrado por uma heurística positiva, que indica direções a seguir, e uma heurística negativa, que indica caminhos a serem evitados a fim de preservar o núcleo firme e impedir que o mesmo seja refutado.



de saberes, gerando constantemente novas treliças interdiscursivas, e por outro lado, pela natureza estratificada e poli-epistemológica dos fenômenos ou processos de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000)

Essa condição confere à Ciência da Informação uma configuração dinâmica e um caráter multidimensional que se manifestam pela incorporação de novos objetos. Embora a disciplina tenha privilegiado tradicionalmente os domínios da Ciência e Tecnologia (em virtude da propalada urgência em recuperar a informação científica e tecnológica), observou-se nas últimas décadas do século XX uma tendência para a busca de novos objetos e domínios de aplicação. Entre estes, Pinheiro (1997, p. 255) ressalta a Arte, que se manifestaria pela criação de um grupo de interesse em Arte e Humanidades na ASIS - *American Society for Information Science*²⁶. Trata-se, para a autora, de uma nova área de pesquisa cuja origem estaria ligada às bibliotecas de arte, e que teria recebido forte impulso com a criação do “*The Getty Art History Information Program*” pela Fundação Getty.

O novo campo de estudo, que se convencionou chamar “Informação em Arte”, está estreitamente ligado à área de representação do conhecimento e às questões teóricas a ela relacionadas. Vickery (1986, p. 145) destaca a relevância do problema para diversas disciplinas e campos de atuação profissional, que também necessitam representar informações com fins instrumentais. González de Gómez (1993, p. 217-218) enfatiza o caráter estratégico da transferência da informação, que se apresenta como “um conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação através de processos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso”. As práticas voltadas à transferência da informação seriam, para a autora, orientadas por valores que devem ser examinados à luz de um contexto de ação social. Pinheiro (1996, p. 4), por sua vez, enfatiza a complexidade da tarefa de “representar e interpretar a obra de arte, no tempo e no espaço”, para a qual “é essencial a compreensão do processo de criação artística”.

A questão da representação de obras de arte (vistas como documentos) em sistemas de representação de informação é apresentada a título de exemplo. Para permanecermos na esfera da fenomenologia, apresentamos de modo sintético a reflexão proposta por Martin Heidegger (1992, p. 11) em “A origem da obra de arte”. Na obra, resultante de conferências realizadas em 1936 e publicadas em 1950, o filósofo se propõe a desvelar a essência da Arte. Esta, entretanto, não seria mais que “uma palavra a que nada de real corresponde”; trata-se de uma idéia à qual corresponderiam como coisas reais apenas as obras e os artistas.

Obras de arte teriam um caráter de coisa - ou um “caráter coisal” - impossível de ser contornado ou ignorado:

Há pedra no monumento. Há madeira na escultura talhada. Há cor no quadro. Há som na obra falada. Há sonoridade na obra musical. O caráter de coisa está tão incontornavelmente na obra de arte, que devíamos até dizer antes ao contrário: o monumento está na pedra. A escultura está na madeira. O quadro está na cor... (HEIDEGGER, 1992, p. 13)

26 Desde 1999, a Sociedade adotou o nome “American Society for Information Science and Technology” e a sigla ASIST.

A obra de arte, entretanto, não é apenas uma mera coisa, ela é sempre reveladora de alguma coisa a mais: “à coisa fabricada reúne-se ainda, na obra de arte, algo de outro. (...) A obra é símbolo”. Ela seria, assim, uma coisa à qual adere esse algo a mais. (HEIDEGGER, 1992, p. 13-14)

Na Modernidade ocidental predominariam três diferentes interpretações sobre o que é uma coisa: a primeira a interpreta como uma soma de características, ou como “aquilo em torno do qual se agrupam propriedades”, a segunda a define como “o que é perceptível nos sentidos da sensibilidade através das sensações”, e a terceira concentra-se em sua materialidade: “a coisa é uma matéria enformada”. Esta última, predominante no Ocidente, teria sua origem na essência do útil, ou daquilo que é fabricado expressamente para ser utilizado. (HEIDEGGER, 1992, p. 16-19)

A obra de arte, para Heidegger (1992, p 20-21), distingue-se da mera coisa (como um bloco de granito) e do apetrecho ou utensílio (como um par de sapatos). Este último revela afinidade com a mera coisa, na medida em que é algo material em uma forma definida; e também com a obra de arte, na medida em que é feita pelo homem. Neste sentido, é “meio coisa, porquanto determinado pela coisidade, e todavia, mais; ao mesmo tempo é obra de arte e, todavia, menos, porque não tem a auto-suficiência da obra de arte”. Ocupa, portanto, “uma peculiar posição intermediária, a meio caminho entre a coisa e a obra”.

Para buscar a essência do utensílio, que residiria em seu “caráter instrumental”, o procedimento adotado por Heidegger (1992, p. 24) é a descrição de um par de sapatos de camponês, o que não é feito diretamente, mas por meio de uma representação pictórica: uma pintura de Van Gogh, apresentada na figura 1, a seguir.

Figura 1



Figura 1 - Par de sapatos. Óleo sobre tela (37,5 x 45)cm. Vincent Van Gogh, 1886. Museu Van Gogh, Amsterdam.



Na escura abertura do interior gasto dos sapatos, fita-nos a dificuldade e o cansaço dos passos do trabalhador. Na gravidade rude e sólida dos sapatos está retida a tenacidade do lento caminhar pelos sulcos que se estendem até longe, sempre iguais, pelo campo, sobra o qual sopra um vento agreste. No couro, está a umidade e a fertilidade do solo. Sob as solas, insinua-se a solidão do caminho do campo, pela noite que cai... (HEIDEGGER, 1992, p. 25)

Com esse procedimento descritivo e interpretativo, Heidegger (1992, p. 30-31) atinge a essência do utensílio sapato, ou sua verdade. Adverte, entretanto, que é inútil buscar a essência da arte a partir do isolamento e descrição de sua coisidade. “A tentativa de apreender o caráter coisal da obra, através dos conceitos habituais da coisa, fracassou”, afirma o filósofo, sugerindo que o caminho que conduz da coisa à obra de arte, deve ser invertido, ou seja, substituído por aquele que leva da obra de arte à coisa. O filósofo ressalta a impossibilidade de tornar as obras acessíveis em si:

As próprias obras encontram-se e estão penduradas nas coleções e exposições. Mas estarão elas porventura aqui em si próprias, como as obras que elas mesmas são, ou não estarão antes aqui como objetos do funcionamento das coisas no mundo da arte (*Kunstbetrieb*)? As obras tornam-se acessíveis ao gozo artístico público e privado. As autoridades oficiais tomam a cargo o cuidado e a conservação das obras. Críticos e conhecedores de arte ocupam-se delas. O comércio de arte zela pelo mercado. A investigação em história da arte transforma as obras em objetos de uma ciência, Mas no meio de toda essa manipulação, vêm as próprias obras ainda ao nosso encontro? (HEIDEGGER, 1992, p.31)

Por melhores que sejam a conservação e interpretação das obras, a transferência para uma coleção retirou-as de seu mundo, e de seu “espaço essencial”. No entanto, mesmo que se faça um esforço para evitar essa transferência, o mundo das obras já não existe mais:

A subtração e a ruína do mundo não são reversíveis. As obras não são mais o que foram. São elas mesmas, é certo, que se nos deparam, mas são aquelas que já foram (*die Gewesenem*). Como aquelas que foram, estão perante nós, no âmbito da tradição e da conservação. A partir daqui, permanecem apenas enquanto tais objetos. (HEIDEGGER, 1992, p.31-32)

Do ponto de vista fenomenológico, representar uma obra de arte em um sistema de recuperação de informação implica em ir ao encontro de algo que já não é mais. Autores que se debruçaram sobre a questão levantaram alguns pontos que podem servir para dimensionar a complexidade da tarefa. Scott (1988) enfatiza a própria natureza da obra de arte, cujo valor é, de modo geral, aceito como de apreensão intuitiva e, portanto, impossível de ser expresso por meio de escalas objetivas. Stam e Giral (1988) destacam o que chamam “dilema conceitual”, e que consistiria em traduzir para uma linguagem verbal uma entidade de natureza não verbal. Essa intradutibilidade é enfatizada por Svenonius (1994, p. 600, 605) ao refletir sobre a indexação de obras de arte. A autora questiona a capacidade das palavras para expressar o assunto de uma entidade não verbal como a obra de arte, observando que só se pode expressar parcialmente aquilo que é comunicado pela arte, e advertindo para a existência de uma “realidade indizível” impossível de ser traduzida por palavras-chave.



Estudos no âmbito da Informação em Arte implicam ainda, em um confronto inevitável com as limitações inerentes aos modelos técnicos, cujo caráter reducionista torna-se ainda mais evidente diante da singularidade do objeto em questão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de métodos fenomenológicos na Ciência da Informação, assim como nas Ciências Humanas e Sociais, constitui-se “uma postura diante do mundo” (BOEMER, 1994, p. 87), uma abertura do ser humano para entender a vivência a partir do outro, isto é: a adoção do viés fenomenológico é um debruçar-se sobre o vivido dos sujeitos efetuando uma reflexão sobre as coisas tal como elas se manifestam no mundo da vida. Há que se voltar para a essência construindo uma descrição significativa do fenômeno objetivado tal como vivenciado no mundo da vida. As premissas e metodologias fenomenológicas encontram-se infletidas nesses campos quando, para a compreensão de um dado fenômeno, são acionados os referenciais da relação noética-noemática, da intencionalidade, da redução transcendental e da empatia.

Sob este ângulo e sem desconhecer as distintas visões que integram as metodologias no ambiente da Ciência da Informação, aparentemente duas vertentes fenomenológicas são exploradas com maior frequência: aquelas pautadas nas metodologias desenvolvidas para e nas ciências sociais e as abordagens hermenêuticas. (cf. GIDDENS, 1996; 1998)

Os estudos e pesquisas que privilegiam metodologias inerentes às ciências sociais derivam da influência da sociologia compreensiva iniciada por meio das reflexões de Schutz (1967; 1978) e, posteriormente, das propostas desenvolvidas por Berger e Luckmann (1998). Trata-se de privilegiar a análise dos modos por meio dos quais os agentes sociais vivenciam a cotidianidade e impregnam de significados suas ações. Distingue-se um *Lebenswelt* já constituído, significativo e permeado pela intersubjetividade contemplando, desse modo, o fenômeno informacional sob diferentes abordagens e priorizando as descrições da *experiência de vida* (Erlebnis) no *mundo da vida cotidiana* (Lebenswelt). Essa face fenomenológica encontra-se, via de regra, nas pesquisas de cunho qualitativo que balizam estudos interpretativos e exploratórios, principalmente quando se voltam para a descrição de fenômenos e comportamentos em diferentes configurações sociais. A pesquisa qualitativa, essencialmente indutiva, utiliza-se de procedimentos interpretativos e relativistas privilegiando um “real” subjetivo e o social como construção que enseja o emprego dos procedimentos fenomenológicos.

Quanto às premissas e metodologias fenomenológicas no seio da Ciência da Informação, é preciso cotejá-las com os diferentes momentos do campo em sua existência formal. Suas transformações, reformulações e relação intrínseca com diferentes campos científicos ao longo do tempo sugerem que as metodologias fenomenológicas encontram-se presentes em diferentes momentos da disciplina, e são acionadas principalmente quando nos dedicamos a questões que privilegiam a essência dos fenômenos no âmbito da linguagem, da informação no mundo da vida e, sobretudo, quando nos



encaminhamos em um plano transcendentalista a reflexões destinadas a descrever significativamente, se é que é possível, aquilo que simultaneamente nos une e separa teórica e conceitualmente: o fenômeno Informação.

A adoção das premissas e métodos fenomenológicos pode ser um ponto de partida privilegiado para a configuração das essências e das origens em um contexto sócio-cultural que valoriza cada vez mais o contingente e o secundário em detrimento do essencial e originário. Heidegger (1988, p. 70) destaca que o essencial da fenomenologia “não é ser uma ‘corrente’ filosófica real. Mais elevada do que a realidade está a possibilidade. A compreensão da fenomenologia depende unicamente de se apreendê-la como possibilidade”.

Para Derrida (1994, p. 35), “a fenomenologia só tem sentido se uma apresentação pura e originária for possível e original”. Tal como Heidegger, alerta para os elementos axiais das premissas e metodologias que adotam de modo apropriado o ponto de vista fenomenológico. Enfim, ao ir de encontro a tudo aquilo que advém do território fenomenológico devemos estar atentos a sua fonte primordial expressa nas palavras de Husserl: “às próprias coisas!”²⁷

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOEMER, M. A condução de estudos segundo a metodologia de investigação fenomenológica. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 83 – 94, jan. 1994.
- CAVEDON, Neusa Rolita. Recursos Metodológicos e Formas Alternativas no Desenvolvimento e na Apresentação de Pesquisas em Administração. IN: ENCONTRO DA ANPAD, 25, 2001, Campinas. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2001. CD ROM.
- DERRIDA, Jacques. *A voz e o fenômeno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- DARTIGUES, André. *O que é a fenomenologia?* Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- FRAGATA, Júlio. *A fenomenologia de Husserl como fundamento da filosofia*. Braga: Livraria Cruz, 1959. 286 p.
- GIDDENS, Anthony. Garfinkel, etnometodologia e hermenêutica. In: *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 283-296.
- _____. *Novas Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N.. A Representação do Conhecimento e o Conhecimento da Representação: Algumas Questões Epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília: IBICT, v. 22,, n.3, p. 217-222, set/dez 1993.
- _____. A metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. *Datagramazero - Revista de Ciência da Informação*, v. 1, n. 6, p. 1- 5, 2000.
- _____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.6, n.1, p. 5-18, 2001.

²⁷ “Zu den Sachen selbst!” no original.



HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas*. Porto: Ed. Rés, 1996.

_____. *Investigações lógicas*: sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). In: *Husserl. Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 189 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Arte, objeto artístico, documento e informação em museu. In: XVIII ANNUAL CONFERENCE OF ICOM - International Council of Museums, V REGIONAL MEETING OF ICOFOM/LAM, 1996, Rio de Janeiro. Symposium Museology & Art, 1996. p. 8-14.

_____. *A Ciência da Informação entre sombra e Luz*: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1997. 278 p. Tese (Doutorado em Comunicação).

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, 2005.

RICŒUR, Paul. *l'École de la Phénoménologie*. Paris: Vrin, 1987.

SARACEVIC, Tefko. A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, 1995.

SCHUTZ, Alfred. The Constitution of Meaningful Lived Experience in the Constitutor's Own Stream of Consciousness. In: _____. *The Phenomenology of the Social World*. Illinois: Northwestern University Press, 1967.

SCHUTZ, Alfred. Subjective and Objective Meaning. In: GIDDENS, A. *Positivism and Sociology*. London: Heinemann, 1978.

SCOTT, David W. Museum Data Bank Research Report: The Yogi and The Registrar. *Library Trends*, v. 37, n. 2, p. 130-141, 1988.

SHUBACH, Márcia Sá C. Quando a palavra se faz silêncio. In: FOGEL, Gilvan et al. *Por uma Fenomenologia do Silêncio*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo. *O Rigor da Indisciplina*: ensaios de Antropologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

STAM, Deirdre; GIRAL, Angela. Introduction. *Library Trends*, v. 37, n. 2, p. 117-264, 1988.

SVENONIUS, Elaine. Access to Nonbook Materials: The Limits of Subject Indexing for Visual and Aural Languages. *Journal of American Society for Information Science*, v. 45, n. 8, p. 600-606, 1994.

VICKERY, Brian C. Knowledge Representation: a Brief Review. *Journal of Documentation*, v.42, n.3, p.145-159, 1986.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing and Management*, New York, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.